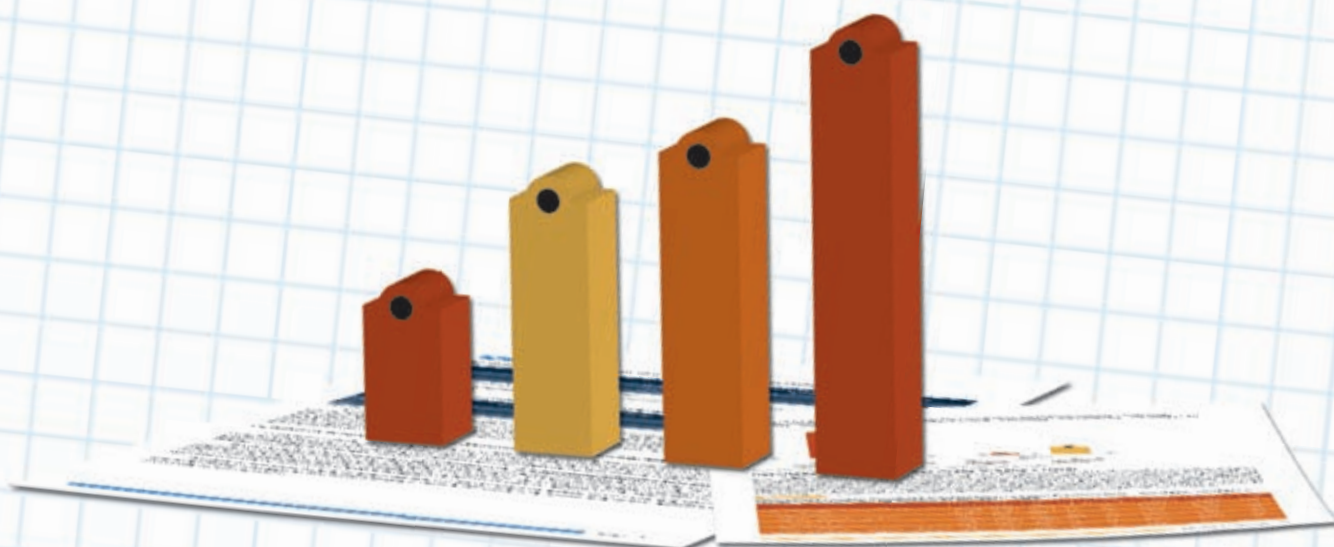


Informe de Previdência Social

2011

Julho de 2011 • Volume 23 • Número 7



ARTIGO

A Previdência Social e a Luta Contra os Acidentes e Doenças do Trabalho no Brasil

Luiz Eduardo Alcântara de Melo

NOTA TÉCNICA

Resultado do RGPS de Junho de 2011

EXPEDIENTE:

Ministro da Previdência Social: Garibaldi Alves Filho • Secretário Executivo: Carlos Eduardo Gabas • Secretário de Políticas de Previdência Social: Leonardo José Rolim Guimarães • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Rogério Nagamine Costanzi • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Otoni Gonçalves Guimarães • Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional: Remigio Todeschini • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Emanuel de Araújo Dantas • Corpo Técnico: Carolina Veríssimo Barbieri, Edvaldo Duarte Barbosa e Graziela Ansiliero.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Previdência Social

Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF

Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: cgep@previdencia.gov.br

A Previdência Social e a Luta Contra os Acidentes e Doenças do Trabalho no Brasil

Luiz Eduardo Alcântara de Melo

Coordenador-Geral de Política de Seguro Contra
Acidente do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional / CGSAT

O conceito de acidentes e doenças do trabalho está definido na Lei de Benefícios (8.213/91) e no Regulamento da Previdência Social – RPS (Dec. 3.048/1999) que definem como compulsória a comunicação destes eventos à Previdência Social que compartilhe essas informações com todos os segmentos interessados no tema saúde e segurança ocupacional.

É recorrente a avaliação, no âmbito mundial, que muitas notificações de acidentes e doenças do trabalho não são prestadas pelos segmentos competentes – no caso brasileiro é dever do empregador – e as estatísticas ficam subavaliadas. No Brasil, desde abril de 2007, a Previdência Social promoveu uma silenciosa revolução ao estabelecer mecanismo que permitiram o melhor reconhecimento da acidentalidade e que apontou índices relevantes de subnotificações de acidentes e doenças do trabalho (Melo, 2010)¹. A série de informações fundamenta esta afirmação:

Tabela 1

ANO	ACIDENTES DO TRABALHO REGISTRADOS				
	MOTIVO				
	TÍPICO	TRAJETO	DOENÇA DO TRABALHO	SEM CAT (NTP)	TOTAL
1990	632.012	56.343	5.217	-	693.572
1994	350.210	22.824	15.270	-	388.304
1998	347.738	36.114	30.489	-	414.341
2002	323.879	46.881	22.311	-	393.071
2005	398.613	67.971	33.096	-	499.680
2006	407.426	74.636	30.170	-	512.232
2007	417.036	79.005	22.374	141.108	659.523
2008	441.925	88.742	20.356	204.957	755.980
2009	421.141	89.445	17.693	195.173	723.452

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEAT

Observamos que a partir de abril de 2007, quando a caracterização de um benefício como de natureza acidentária desvincula-se da obrigatoriedade da existência de uma comunicação do evento pelo empregador, a Previdência Social pôde reconhecer e contabilizar eventos que não seriam informados pelos empregadores. Apenas em 3 anos – de 2007 a 2009 – foram reconhecidos 541.238 eventos não notificados pelos empregadores e que representaram uma redução da subnotificação da ordem de 25% em relação ao total de 2.138.955 registros contabilizados no período.

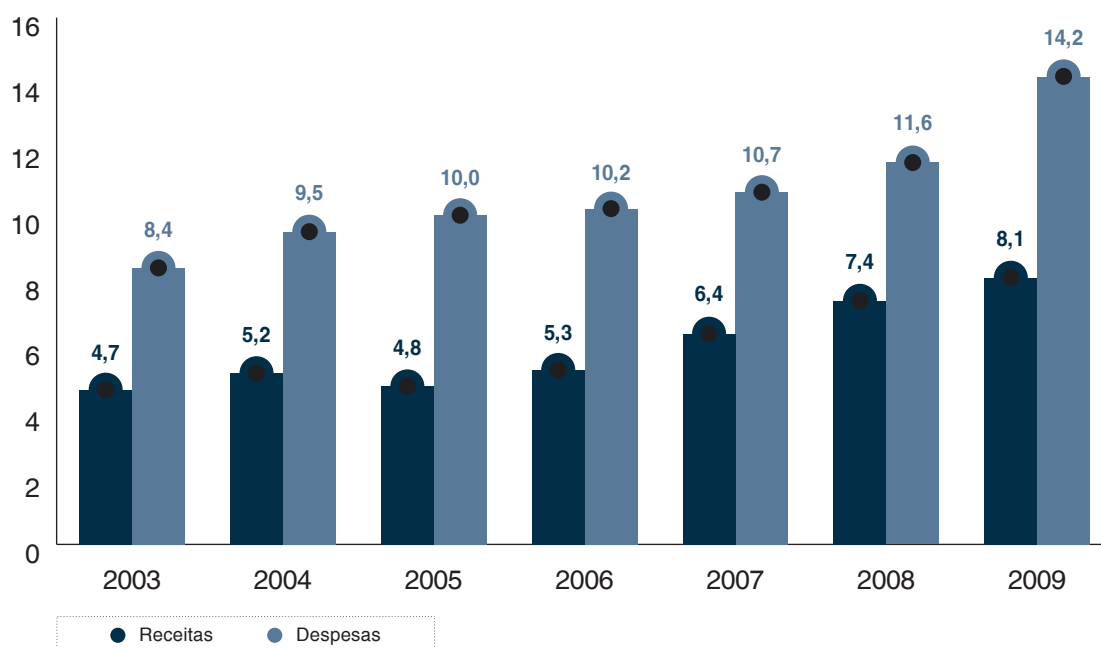
¹ Melo, L.E.A. Precedentes do Nexa Técnico Epidemiológico Previdenciário – Ntep. In: Machado, J., Soratto, L., & Codo, W. (Orgs.) (2010). Saúde e Trabalho no Brasil: Uma revolução silenciosa. O Ntep e a Previdência Social. Petrópolis, RJ: Vozes.

* As ideias e opiniões expressas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor e não refletem a posição oficial do Ministério da Previdência Social

As liquidações dos eventos de acidentes e doenças do trabalho geram vultosas despesas para a Previdência Social, além do estrangulamento de vidas de trabalhadores e suas famílias. A despesa da Previdência Social com pagamento de benefícios acidentários, somados ao dos benefícios denominados Aposentadorias Especiais, motivadas pela exposição do trabalhador a agentes altamente nocivos à sua saúde, suplanta o valor da arrecadação destinada a custear estas despesas. O gráfico seguinte apresenta esta assertiva.

Gráfico 1

Receita e Despesa Anual do Seguro de Acidentes do Trabalho (Em R\$ bilhões - 2003 a 2009)



Fonte: AEPS e Dataprev, Síntese (Séries \$ SUB, CRESP e \$ EMISSAO). A Receita em 2009 é a prevista.

O custo Brasil com os eventos decorrentes dos riscos ambientais do trabalho é da ordem de R\$ 56,8 bilhões, sendo que R\$ 14,2 bilhões representa a despesa direta da Previdência Social com pagamento de benefícios acidentários e aposentadorias especiais. O restante (cerca de R\$ 42,6 bilhões) é o somatório de despesas com reabilitação física (assistência e tratamentos médicos), reabilitação profissional e o custo indireto das consequências, entre outros.

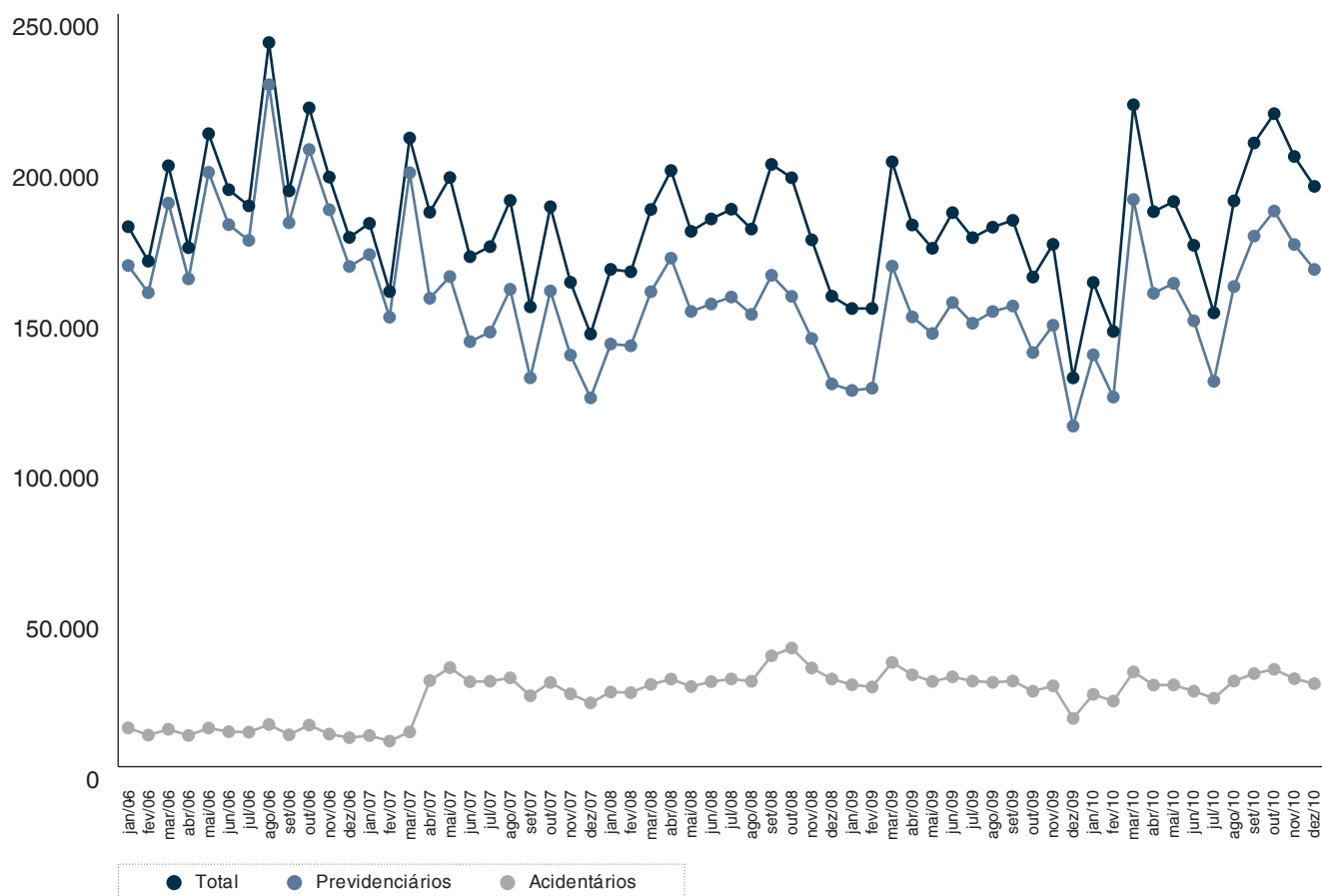
O cenário da acidentalidade no Brasil aponta números muito preocupantes: em média são 43 trabalhadores/dia que não mais retornaram ao trabalho devido a invalidez ou morte – dados relativos a 2009. Positivando a preocupação do Governo com o tema saúde e segurança nos ambientes de trabalho a estrutura do Ministério da Previdência Social foi alterada em 2007 quando a Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS passou a contar com uma Diretoria para tratar do tema: o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSSO. Desde então uma série de acontecimentos vêm alterando o estado de inércia no tocante aos ambientes laborais.

Em abril de 2007 foi implementado o Nexu Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP, que somando-se ao Nexu Técnico Profissional ou do Trabalho e ao Nexu Técnico Individual, apresentou-se como importante instrumento nas avaliações médico-periciais do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS ao indicar as possíveis relações entre atividade laboral desenvolvida e o agravo motivador da incapacidade, segundo estudos amplos e transparentes alicerçados nos clássicos fundamentos da ciência epidemiológica. Com a implementação do NTEP e a retirada da condição de obrigatoriedade de uma comunicação de evento de acidente ou doença do trabalho observamos uma substancial alteração no perfil da concessão de benefícios acidentários: em 2006 a Previdência Social contabilizou a concessão de 140.998 Auxílios-Doença por Acidentes do Trabalho e em 2007 foram 274.946 concessões, o que representa uma variação (crescimento) da ordem de 95%. O crescimento ainda foi relevante em 2008,

quando foram concedidos 356.336 benefícios, e a tendência de estabilização segue nos anos seguintes, com a concessão de 329.914 e 327.894, respectivamente em 2009 e 2010. As mudanças na avaliação médico-pericial permitiram reconhecimento de caracterização de nexos técnicos relativos a causas incapacitantes, como de natureza acidentária, da ordem de 10.000% em casos de agravo como doenças infecciosas e parasitárias e a neoplasia (relação entre benefícios concedidos de abril a março de 2006 e abril a março de 2007).

Gráfico 2

Acompanhamento da Concessão de Auxílios-Doença - Jan/2006 a Dez/2010



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

Em 2009, após intensa negociação entre representantes de trabalhadores, empregadores e associação de aposentados e pensionistas e avaliação de estudos apresentados pelo DPSSO o Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, em sua reunião de Plenário, aprovou as Resoluções 1.308 e 1.309 que traziam a definição da metodologia de cálculo do Fator Acidentário de Prevenção – FAP. O FAP é o instrumento da política pública de prevenção contra acidentes e doenças do trabalho e permite a flexibilização da alíquota de contribuição de um, dois ou três por cento, destinada ao financiamento do benefício de aposentadoria especial e dos benefícios acidentários, reduzindo-a em até 50% ou aumentando-a em até 100% segundo o desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica. É apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo e tem como fundamento a distribuição de *bonus* e *malus*.²

O FAP foi processado e disponibilizado em 2009 para vigência em todo o ano de 2010 e de imediato suscitou, no âmbito empresarial, um intenso movimento rumo ao acompanhamento dos fatos relacionados à saúde e à segurança nos diversos ambientes laborais. Motivados pela busca de bonificação, empresários estão intensificando, e em muitos casos realinhando, suas políticas de engenharia de segurança de modo

2 Todeschini, R., & Codo, W. (Orgs.). (2009). O novo seguro de acidente e o novo FAP. São Paulo: LTR.

a garantir efetividade aos investimentos na área. Ainda em 2010, as bancadas do CNPS se articularam e solicitaram estudos avaliativos e proposições de aperfeiçoamento da metodologia para processamento do FAP anual ao DPSSO, que os apresentou e submeteu à avaliação do Plenário do CNPS que aprovou a Resolução Nº 1.316 com substanciais ajustes na metodologia de cálculo do FAP. A dinâmica instaurada pela implementação do FAP é evidente e aponta um caminho sem retorno rumo ao fortalecimento das políticas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Na tabela abaixo são apresentados os resultados do processamento do FAP anual.

Tabela 2

Resultado do Processamento do FAP Anual - 2009 e 2010 (vigências 2010 e 2011, respectivamente)

EMPRESAS	ANO PROCESSAMENTO	
	2009	2010
Empresas sem FAP Calculado ¹	3.328.087	3.500.000
Empresas com FAP Calculado	952.561	922.725
Com bonus	879.933	844.531
Igual a 0,5	197	776.930
Acima de 0,5 até 1,0	879.736	67.601
Com malus	72.628	78.264
De 1,0 até 1,75	72.628	77.663
Acima de 1,75	-	601

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEAT

(1) Inclui Optantes pelo Simples, Filantrópicas, não contribuintes de alíquota RAT e com problemas de informação.

O DPSSO efetuou 6.491 julgamentos de contestação de empresas relativas ao processamento em 2009 e destes julgamentos a SPPS recebeu 3.116 para avaliação em grau de recurso. Todas as petições e julgamentos efetuados na forma impressa, com tramitação de documento físico. Foram contabilizados 2.316 processos de contestação ao FAP 2010, vigência 2011 - 2.077 eletrônicos e 239 impressos.

A Previdência Social promoveu articulações com outros órgãos do Governo, especialmente as áreas de Saúde e Trabalho e Emprego e em 2008 logrou a implantação da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho - CT-SST, mediante a Portaria Interministerial nº 152, de 13 de maio. A Comissão foi constituída com o objetivo de avaliar e propor medidas para implementação, no País, da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da Estrutura de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho. A CT-SST é composta de bancada do Governo (MPS, MS e MTE), de trabalhadores e de empregadores. No primeiro ano de funcionamento esteve sob a coordenação do MPS, em seguida sob a coordenação do MTE e no ano seguinte foi coordenada pelo MS – a coordenação está a cargo dos representantes de Governo, de forma cíclica.

Em 2010, a CT-SST elaborou o texto contendo a proposta de Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador - PNSST e a submeteu à apreciação do Poder Executivo. Da PNSST derivarão o Plano Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador e o Programa Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador.

A CT-SST estruturou, ainda, dois grupos setoriais: de Transporte Rodoviário de Cargas e de Construção. A proposta é que estes grupos setoriais elaborem planos de ação a fim de estabelecer iniciativas imediatas da redução de acidentes graves e fatais, pois estudos apontam que essas duas áreas detêm as primeiras posições do ranking nacional em aposentadorias por invalidez e óbitos decorrentes de acidentes e doenças do trabalho.

O DPSSO, em parceria com o INSS e assessorado pela Universidade de Brasília, está promovendo estudos a fim de atualizar a Matriz do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP (relações

epidemiológicas entre os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e da Classificação Internacional de Doenças em sua 10ª Revisão – CID-10). Tem, ainda, projeto para a revisão das listas A e B, do Anexo II, do RPS, que trazem a relação entre exposição a agentes nocivos e agravo, que subsidiam a caracterização do Nexo Técnico Profissional ou do Trabalho.

Para fomentar as políticas na área de saúde e segurança ocupacional, o DPSSO estabeleceu parceria com o INSS e elaborou o projeto de revitalização da Reabilitação Profissional do INSS, com a implantação e acompanhamento de pilotos em São Paulo. O DPSSO está encarregado da coordenação do Grupo de Trabalho que avalia a atualização da legislação inerente às aposentadorias especiais, além de participar de várias comissões que tratam de assuntos inerentes a diversos setores econômicos (Comissão Nacional do Benzeno, da Mineração, etc.).

Juntamente com o INSS, que recentemente teve sua estrutura regimental alterada com a criação da Diretoria de Saúde do Trabalhador, o DPSSO vem estabelecendo parcerias para atuação na prevenção dos acidentes e doenças do trabalho e na melhoria dos ambientes laborais. Também tem buscado parcerias com segmentos sociais: juntamente com o Ministério Público – MP para a promoção de ações regressivas, que buscam imputar sanções aos empresários quando negligentes em relação à saúde e segurança de seus funcionários; com o Tribunal Superior do Trabalho – TST que oferece suporte às ações previdenciárias de prevenção e proteção aos trabalhadores – em 3 de maio foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre o TST, Previdência Social e Ministério do Trabalho e Emprego para ampliar a cooperação entre os órgãos na luta contra os acidentes e doenças do trabalho e para ajuda à implantação da PNSST; com o meio acadêmico para promoção de estudos, avaliações e estruturação de projetos; e, com os demais órgãos de governo a fim de elaborar e promover políticas públicas integradas; entre outras.

Outras ações importantes para o tema saúde e segurança ocupacional, com a meta de prevenção, têm sido desenvolvidas pelo DPSSO: a avaliação continuada dos graus de risco observados nos setores econômicos (enquadramento dos graus de risco, alíquotas RAT de 1, 2 e 3% para o custeio do seguro contra acidentes do trabalho – Anexo V do RPS); o desenvolvimento do sistema informatizado Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP Eletrônico, em parceria com o INSS, para a geração de histórico laboral de cada trabalhador brasileiro; entre outras.

RECEITAS E DESPESAS

Saldo Previdenciário e Arrecadação

Necessidade de Financiamento (INPC de Jun/2011)

No mês (Jun/2011)	R\$ 1,90	bilhões
Acumulado em 2011	R\$ 19,78	bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 41,39	bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Resultado das Áreas Urbana e Rural

Em junho de 2011, a arrecadação líquida urbana foi de R\$ 19,1 bilhões e registrou na sua série histórica o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). Entre junho e maio de 2011, arrecadação líquida urbana cresceu 3,0% (+R\$ 564,1 milhões) e 10,7% (+R\$ 1,8 bilhão), quando comparado a junho de 2010, o que é reflexo, em boa medida, do bom desempenho do mercado de trabalho formal. Contribuiu também para esse crescimento, a elevação na arrecadação de recuperação de crédito, devido ao encerramento do prazo para consolidação dos parcelamentos no chamado “Refis da Crise”, instituído pela Lei nº 11.941 para as pessoas jurídicas submetidas a acompanhamento econômico especial ou diferenciado e as optantes pela tributação por lucro presumido, grupos que englobam as maiores empresas do País. Em julho será a vez das outras 212 mil companhias que se inscreveram no Refis realizarem o mesmo procedimento. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 465,0 milhões, queda de 6,8% (-R\$ 33,7 milhões) em relação ao mês anterior e aumento de 13,1% (+R\$ 53,9 milhões) frente a junho de 2010, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2010 e 2011) – Junho/2010, Maio/2011, Junho/2011 e Acumulado Janeiro a Junho (2010 e 2011) – em R\$ milhões de Junho/2011 – INPC

ITEM	JUN-10	MAI-11	JUN-11	VAR. %	VAR. %	ACUMULADO (JAN A JUN)		VAR. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2010	2011	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	17.707,1	19.081,7	19.612,1	2,8	10,8	101.966,7	111.431,5	9,3
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	17.296,1	18.582,9	19.147,1	3,0	10,7	99.526,7	108.860,9	9,4
1.2 Arrecadação Líquida Rural	411,0	498,7	465,0	(6,8)	13,1	2.439,7	2.569,8	5,3
1.3 Comprev	0,0	0,1	0,0	(81,9)	(28,8)	0,3	0,8	159,9
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	20.674,3	21.506,8	21.515,9	0,0	4,1	126.350,4	131.211,1	3,8
2.1 Benefícios Previdenciários	20.207,0	21.090,5	21.102,7	0,1	4,4	120.194,0	126.010,4	4,8
2.1.1 Urbano	15.660,9	16.450,8	16.464,1	0,1	5,1	93.355,8	98.276,0	5,3
2.1.2 Rural	4.546,1	4.639,7	4.638,6	(0,0)	2,0	26.838,2	27.734,4	3,3
2.2 Passivo Judicial	354,8	301,7	413,2	37,0	16,5	5.482,2	4.666,1	(14,9)
2.2.1 Urbano	275,0	235,3	322,4	37,0	17,2	4.220,2	3.641,4	(13,7)
2.2.2 Rural	79,8	66,4	90,8	36,9	13,8	1.262,0	1.024,8	(18,8)
2.3 Comprev	112,5	114,6	-	(100,0)	(100,0)	674,2	534,5	(20,7)

ITEM	JUN-10	MAI-11	JUN-11	VAR. %	VAR. %	ACUMULADO (JAN A JUN)		VAR. %
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(C/A)	2010	2011	
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(2.967,1)	(2.425,1)	(1.903,8)	(21,5)	(35,8)	(24.383,7)	(19.779,6)	(18,9)
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	1.247,8	1.782,3	2.360,7	32,5	89,2	1.276,8	6.409,8	402,0
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(4.214,9)	(4.207,4)	(4.264,5)	1,4	1,2	(25.660,5)	(26.189,4)	2,1

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas, foi de R\$ 16,8 bilhões, em junho de 2011, permaneceu praticamente invariável em relação ao mês anterior. Já em relação ao mês de junho de 2010, a despesa com benefícios urbanos aumentou 4,6% (+R\$ 738,1 milhões). É importante destacar que a despesa com Compreprev não foi realizada nesse mês devido a problemas orçamentários. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 4,7 bilhões em junho de 2011, com ligeiro aumento de 0,5% (+R\$ 23,4 milhões), frente a maio de 2011 e de 2,2% (+R\$ 103,5 milhões), quando comparado ao mês correspondente de 2010.

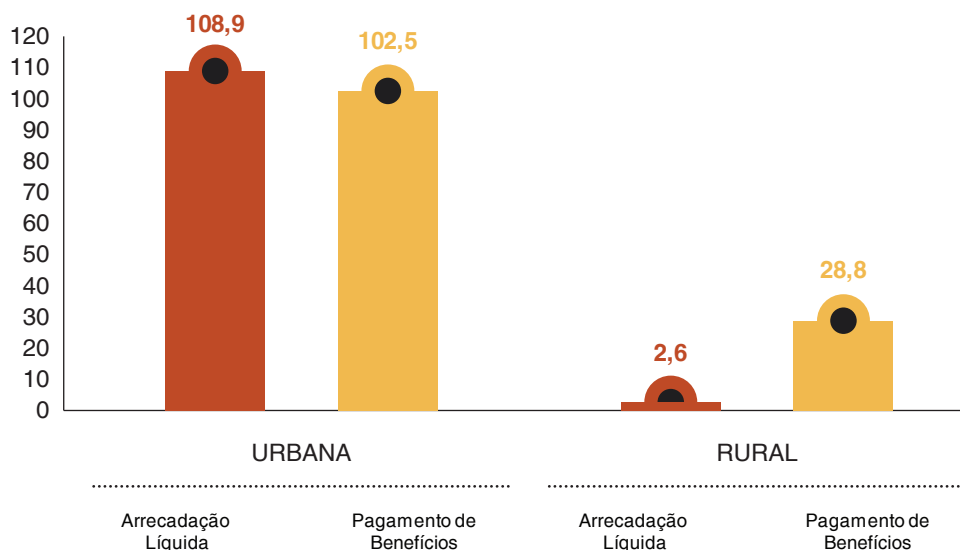
Em junho de 2011, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 2,4 bilhões. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 4,3 bilhões.

No primeiro semestre de 2011, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Compreprev, somou R\$ 108,9 bilhões, elevação de 9,4% (+R\$ 9,3 bilhões), frente ao mesmo período de 2010. A arrecadação rural foi de R\$ 2,6 bilhões, crescimento de 5,3% (+R\$ 130,1 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Compreprev, totalizou R\$ 102,5 bilhões e a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, R\$ 28,8 bilhões. No acumulado de 2011, o meio urbano somou um superávit de R\$ 6,4 bilhões. Já no meio rural, foi registrado uma necessidade de financiamento de R\$ 26,2 bilhões, 2,1% (+R\$ 528,8 milhões) superior ao valor registrado no mesmo período de 2010. A necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

É importante destacar que, entre o primeiro semestre de 2010 e o período correspondente de 2011, a arrecadação líquida urbana cresce 5,1 p.p. a mais que a despesa com benefícios urbanos. Esse crescimento da arrecadação líquida urbana, em termos percentuais, acima da despesa de benefícios urbanos foi também verificado no fechamento dos anos de 2007, 2008 e 2010.

Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Junho - R\$ bilhões de Junho/2011 - INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Resultado em Conjunto das Áreas Urbana e Rural

A arrecadação líquida da Previdência Social, em junho de 2011, foi de R\$ 19,6 bilhões, superior 2,8% (+R\$ 530,4 milhões) à de maio de 2011, e 10,8% (+R\$ 1,9 bilhão), frente a junho de 2010, e registrou na sua série histórica o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 21,5 bilhões, permaneceu praticamente invariável em relação ao mês anterior e cresceram 4,1% (+R\$ 841,6 milhões) em relação a maio de 2011, quando comparado ao mês correspondente de 2010, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 1,9 bilhão, queda de 21,5% (-R\$ 521,3 milhões), entre junho de 2011 e o mês correspondente de 2010, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Junho/2010, Maio/2011, Junho/2011 e Acumulado de Janeiro a Junho (2010 e 2011) – Valores em R\$ milhões de Junho/2011 - INPC

	JUN-10 (A)	MAI-11 (B)	JUN-11 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN.A JUN/10	ACUM. JAN.A JUN/11	VAR. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	17.707,1	19.081,7	19.612,1	2,8	10,8	101.966,7	111.431,5	9,3
1.1. Receitas Correntes	18.706,0	20.174,1	20.376,3	1,0	8,9	108.776,6	119.030,3	9,4
Pessoa Física (1)	675,7	736,7	703,5	(4,5)	4,1	3.956,7	4.220,3	6,7
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	718,4	794,0	786,4	(1,0)	9,5	4.204,6	4.647,4	10,5
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.559,9	1.577,3	1.727,2	9,5	10,7	8.311,5	9.648,1	16,1
Empresas em Geral	12.010,6	12.888,4	13.024,4	1,1	8,4	70.466,3	76.960,1	9,2
Entidades Filantrópicas (4)	140,5	145,4	142,5	(2,0)	1,4	846,9	883,4	4,3
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.211,5	1.262,1	1.251,2	(0,9)	3,3	7.024,6	7.141,2	1,7
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	440,4	492,6	502,9	2,1	14,2	2.527,8	2.851,0	12,8
Clubes de Futebol	5,8	16,4	10,8	(34,1)	85,5	39,6	65,0	64,2
Comercialização da Produção Rural (7)	264,9	359,1	331,4	(7,7)	25,1	1.603,7	1.749,6	9,1
Retenção (11%)	1.461,8	1.607,4	1.629,1	1,4	11,4	8.400,3	9.432,6	12,3
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	56,5	48,0	49,3	2,7	(12,7)	312,1	214,3	(31,3)
Reclamatória Trabalhista	150,9	226,6	204,5	(9,8)	35,5	1.016,7	1.132,9	11,4
Outras Receitas	9,2	20,1	13,1	(34,5)	42,3	65,7	84,4	28,5
1.2. Recuperação de Créditos	822,8	826,4	1.232,9	49,2	49,8	4.881,8	5.416,5	11,0
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	0,0	0,1	0,0	(81,9)	(28,8)	0,3	0,8	159,9
Arrecadação / Lei 11.941/09	189,8	175,5	554,4	215,9	192,1	1.122,5	1.445,4	28,8
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	11,8	9,6	11,3	17,1	(4,9)	67,3	61,6	(8,4)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	0,4	9,8	0,5	(94,7)	40,6	5,1	12,8	153,6
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	148,7	62,4	149,3	139,2	0,4	1.032,3	725,3	(29,7)
Débitos (14)	68,6	83,5	87,7	5,0	27,8	384,4	480,2	24,9
Parcelamentos Convencionais (15)	403,4	485,4	429,7	(11,5)	6,5	2.269,9	2.690,4	18,5
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(32,9)	(14,6)	(29,9)	105,0	(9,1)	(170,3)	(141,5)	(16,9)
1.4. Transferências a Terceiros	(1.788,7)	(1.904,2)	(1.967,3)	3,3	10,0	(11.521,4)	(12.873,9)	11,7
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	20.674,3	21.506,8	21.515,9	0,0	4,1	126.350,4	131.211,1	3,8
Pagos pelo INSS	20.319,5	21.205,1	21.102,7	(0,5)	3,9	120.868,2	126.544,9	4,7
Sentenças Judiciais - TRF (17)	354,8	301,7	413,2	37,0	16,5	5.482,2	4.666,1	(14,9)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(2.967,1)	(2.425,1)	(1.903,8)	(21,5)	(35,8)	(24.383,7)	(19.779,6)	(18,9)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada através do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

(1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.

(2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.

(3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.

(4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.

(6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios..

(7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

(8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

(9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.

(10) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência

(13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(15) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.

(16) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação

(17) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

O crescimento na arrecadação líquida pode ser explicado pelo bom momento vivido pela economia brasileira, principalmente com a evolução positiva no mercado de trabalho formal. Merece destaque também, o crescimento na arrecadação de recuperação de crédito, devido à consolidação dos parcelamentos em função do “Refis da crise”, conforme explicado anteriormente.

No primeiro semestre de 2011, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 111,4 bilhões e R\$ 131,2 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 19,8 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2010, a arrecadação líquida cresceu 9,3% (+R\$ 9,5 bilhões), e as despesas com benefícios previdenciários 3,8% (+R\$ 4,9 bilhões). Já a necessidade de financiamento registrou queda de 18,9% (-R\$ 4,6 bilhões).

É importante destacar que a arrecadação líquida previdenciária acumulada no ano continua a crescer em patamar superior ao crescimento do pagamento com benefícios previdenciários, fato registrado no fechamento dos anos de 2007, 2008 e 2010. Em 2009 a arrecadação líquida cresceu 6,1% e a despesa cresceu 7,3%.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2011, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2011, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro e março de 2011, que em junho determinou o valor recebido por 66,3% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2011, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2010.

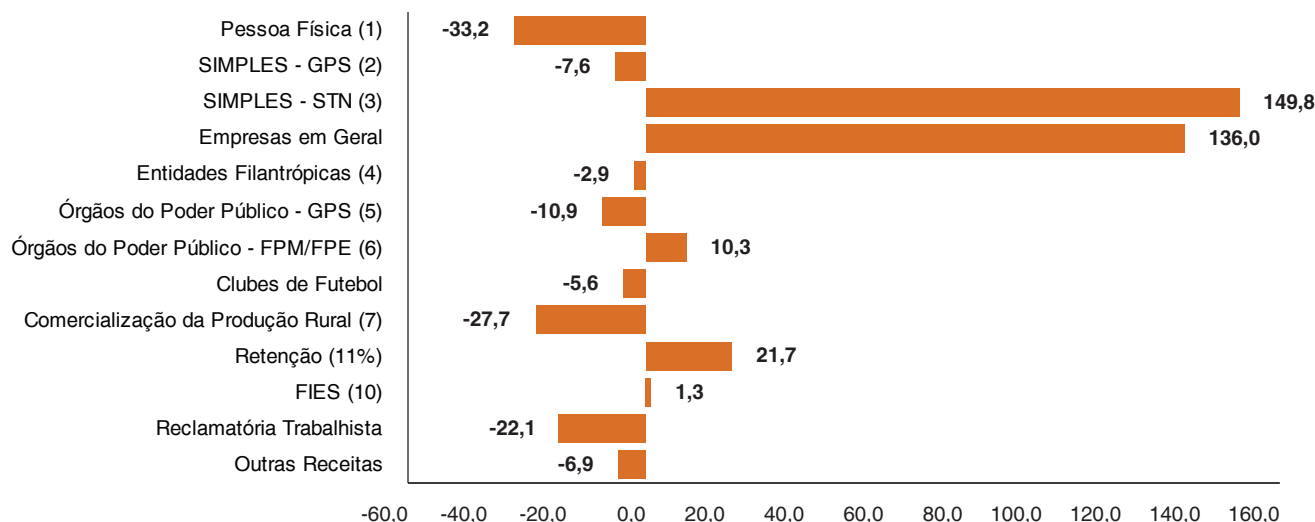
Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

As receitas correntes somaram R\$ 20,4 bilhões, em junho de 2011, aumento de 1,0% (+R\$ 202,2 milhões), frente ao mês de maio de 2011, e de R\$ 8,9% (+R\$ 1,7 bilhão), quando comparado a junho de 2010, e apresentou na sua série histórica o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). Merece destaque a rubrica de empresas em geral, com aumento de 1,1% (+R\$ 136,0 milhões), entre junho de 2011 e o mês anterior, e um forte crescimento de 8,4% (+R\$ 1,0 bilhão) na comparação com junho de

2010, e o recolhimento das empresas optantes pelo SIMPLES, que aumentou 6,0% (+R\$ 142,2 milhões) frente a maio deste ano e 10,3% (+R\$ 235,3 milhões) em relação a junho de 2010.

Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (Junho) de 2011 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Junho/2011 (INPC)

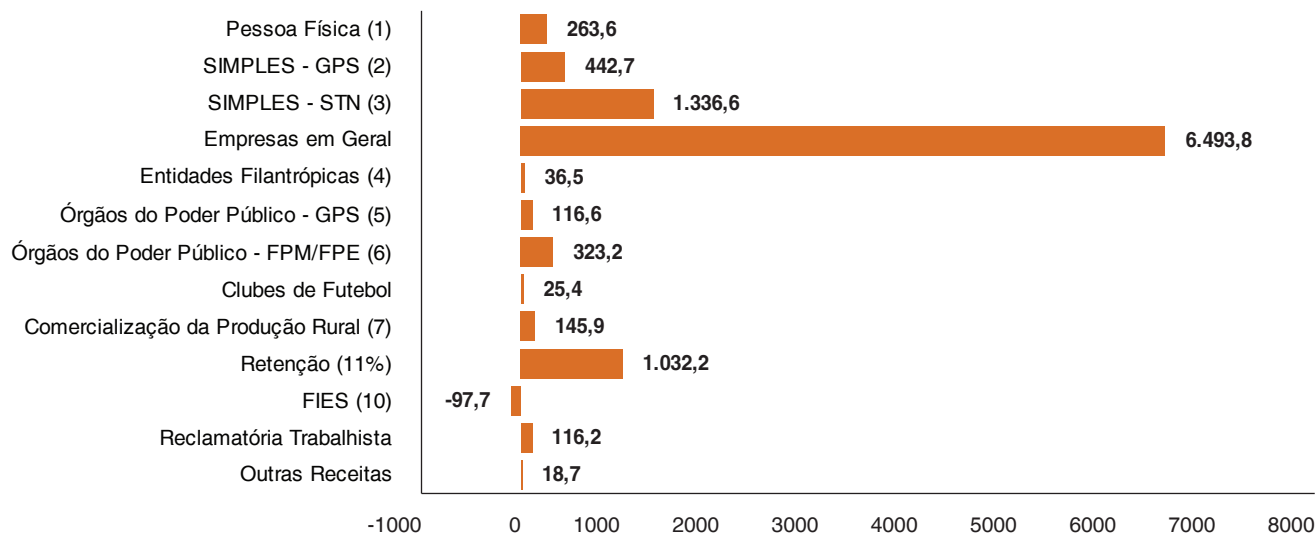


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

No primeiro semestre de 2011, as receitas correntes somaram R\$ 119,0 bilhões, 9,4% (+R\$ 10,3 bilhões) superior o registrado no mesmo período de 2010. Quase todas as rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2010, com exceção da rubrica Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), que diminuiu 31,3% (-R\$ 97,7 milhões). Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral (9,2%, ou seja, +R\$ 6,5 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, (14,2%, ou seja, +R\$ 1,8 bilhão) e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra (12,3%, ou seja, +R\$ 1,0 bilhão), que representaram juntas 84,6% do total de receitas correntes.

Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Junho) de 2011 em relação a 2010 - Em R\$ milhões de Junho/2011 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

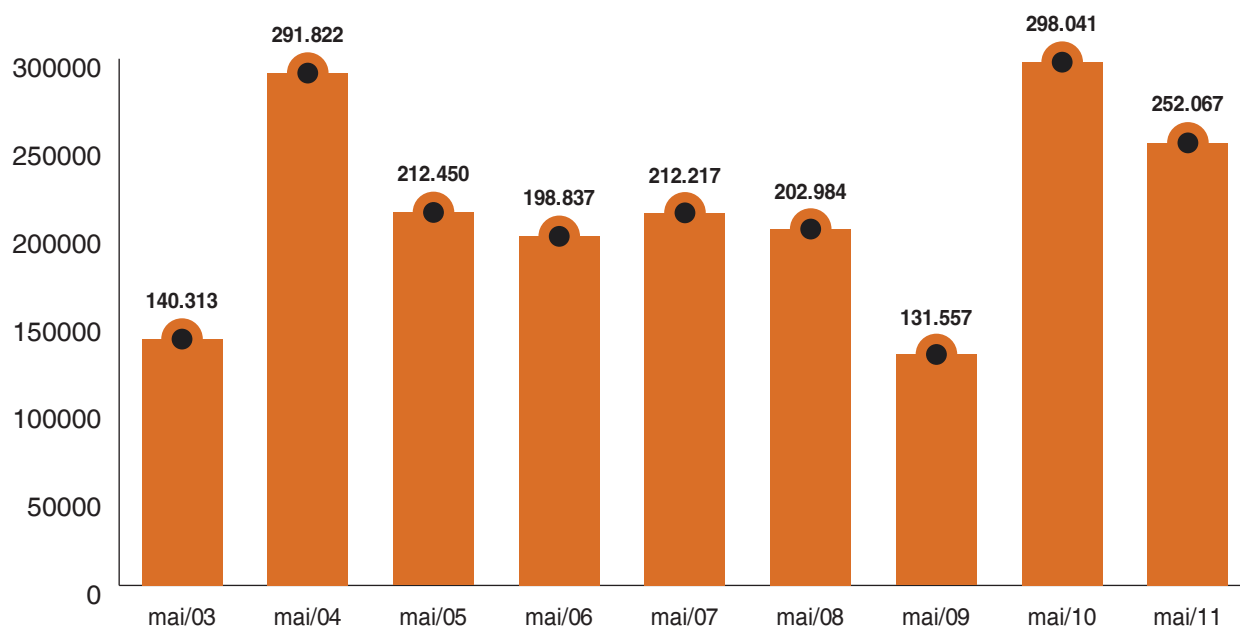
De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de maio de 2011.

Mercado de Trabalho

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED: Segundo os dados do CAGED, em maio de 2011, o emprego formal celetista cresceu 0,69% em relação ao estoque do mês anterior, representando a geração de 252.067 empregos celetistas. Este resultado constitui o terceiro melhor da série histórica para o período, sendo superado apenas pelo verificado em maio de 2004 (+291.822 postos ou +1,11%) e maio de 2010 (298.041 postos ou + 0,86%), anos de excepcional dinamismo do mercado de trabalho. A geração de empregos no mês de maio originou-se de 1.912.665 admissões, o maior resultado para todos os meses do CAGED e de 1.660.598 desligamentos, o segundo maior para todos os meses da série histórica. Em termos setoriais, os dados demonstram elevação em todos os setores, com os Serviços e a Construção Civil revelando os segundos melhores saldos para o mês e os Serviços Industriais de Utilidade Pública registrando o terceiro melhor desempenho. Quanto aos vinte e cinco subsetores de atividade econômica, verifica-se que vinte e três expandiram o nível de emprego, sendo que três obtiveram saldos recordes para o mês e cinco o segundo melhor saldo. A Indústria de Calçados e a Indústria Têxtil foram os únicos que reduziram o contingente de trabalhadores. Os principais setores responsáveis pelo bom desempenho do emprego, no mês, foram Agricultura (+79.584 postos ou +5,11%, a maior taxa de crescimento dentre todos os subsetores), os Serviços (+71.246 postos ou +0,48%, o segundo melhor saldo para o mês), a Indústria de Transformação (+42.301 postos ou +0,52%) e a Construção Civil (+28.922 postos ou +1,10%, que obteve a segunda maior geração de empregos para o período). No recorte geográfico, todas as grandes regiões expandiram o emprego. Em números absolutos, a liderança coube à Região Sudeste (+174.836 postos ou +0,87%, terceiro melhor resultado no mês). Em seqüência, vêm a Região Sul (+25.741 postos ou +0,38%, terceiro maior saldo no mês), a Região Nordeste (+ 25.094 postos ou +0,44%), Região Centro-Oeste (+ 21.829 postos ou +0,80%, desempenho recorde no período) e Região Norte (+ 4.567 postos ou +0,29%). O menor dinamismo da região Norte pode ser creditado, em parte, ao desempenho negativo dos Serviços de Comércio e Administração de Imóveis (-1.076 postos), da Construção Civil (- 446 postos) e do SIUP (-281 postos).

Gráfico 4

Evolução do Emprego Formal em maio de cada ano – 2003 a 2011 (CAGED)

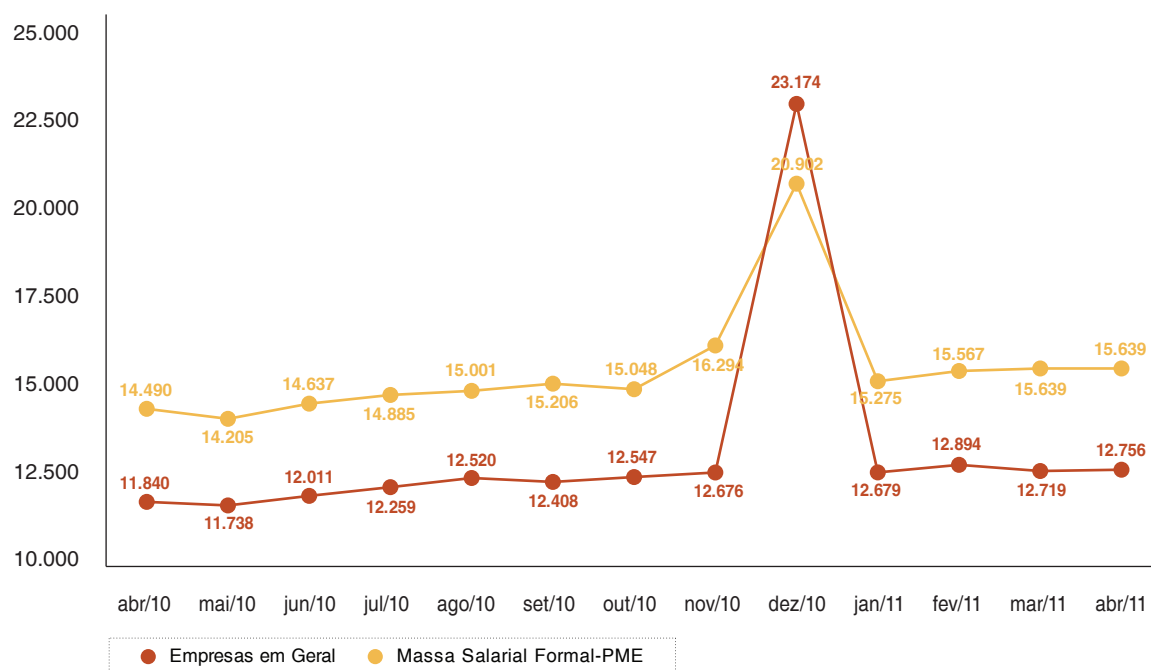


Fonte: CAGED/MTE (dado obtido em 11/07/2010)

Pesquisa Mensal de Emprego - PME: De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego, a população ocupada foi estimada em 22,4 milhões em maio de 2011 no agregado das seis regiões, apresentando estabilidade em relação a abril. No confronto com maio do ano passado verificou-se elevação de 2,5%, representando um adicional de 552 mil ocupados no intervalo de 1 ano. Uma comparação entre o comportamento da evolução da massa salarial formal, conforme dados da PME, e da arrecadação previdenciária das empresas em geral, conforme fluxo de caixa do INSS, aponta a forte ligação entre as duas variáveis, o que de fato tem sido verificado no forte crescimento da arrecadação líquida previdenciária os últimos anos, resultado, principalmente, do crescimento do mercado de trabalho formal. Nessa comparação específica, só é possível estender a série até março de 2011, ou seja, sempre dois meses anteriores à divulgação do resultado da Previdência Social. A análise da ocupação, segundo os grupamentos de atividade, mostrou que, de abril para maio, todos os grupamentos permaneceram estáveis, exceto o dos outros serviços que registrou queda de 2,9%. No confronto anual, houve acréscimo no contingente de trabalhadores do Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis, 5,2%, e no de Serviços prestados à empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, 5,0%. Os demais grupamentos não se alteraram nesse período. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado foi estimado em 10,8 milhões em maio de 2011 para o conjunto das seis regiões, não apresentando variação significativa frente a abril. Esta estimativa, na comparação com maio de 2010, apresentou elevação de 6,7%, representando um adicional de 676 mil postos de trabalho com carteira assinada em 12 meses. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em maio de 2011 em R\$ 1.566,70, no conjunto das seis regiões, apresentou alta de 1,1% em comparação com abril. Frente a maio do ano passado, o poder de compra dos ocupados cresceu 4,0%. O rendimento médio real habitual dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, apurado em maio de 2011 em R\$ 1.458,70, no conjunto das seis regiões, cresceu 0,6% frente a abril. Em relação a maio de 2010 aumentou 2,1%. O rendimento médio real habitual dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor público, apurado em maio de 2011 em R\$ 2.270,40 no conjunto das seis regiões, apresentou alta de 2,6% na comparação com abril. Frente a maio do ano passado, também apresentou expansão (11,4%).

Gráfico 5

Evolução da Arrecadação de Empresas em Geral e Massa Salarial Formal - PME em 13 meses - em R\$ milhões INPC Maio/2011



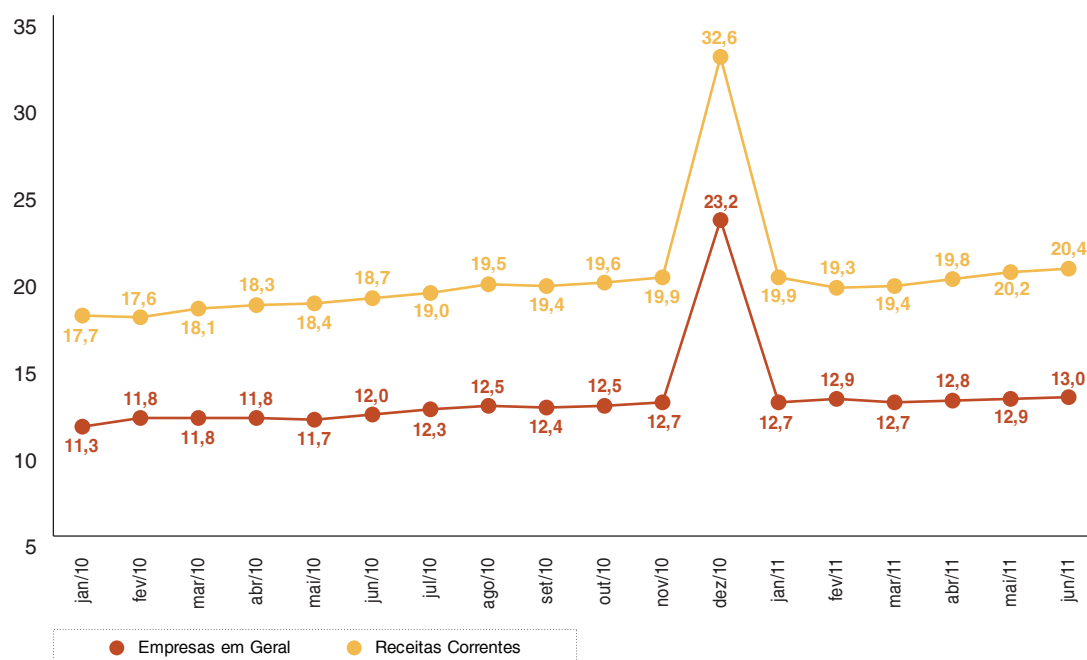
Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES: De acordo com a PIMES/IBGE, o emprego industrial, ao apontar variação positiva de 0,1% em maio frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, manteve o quadro de estabilidade já verificado em março (0,0%) e abril (-0,1%) últimos.

Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral repetiu em maio o patamar de abril, após ficar estável de outubro/10 a janeiro/11 (0,0%) e assinalar ligeira variação de 0,1% de fevereiro/11 a março/11. Na comparação com maio de 2010, o emprego industrial apresentou expansão de 1,3%, décimo sexto resultado positivo consecutivo nesse tipo de confronto, mas o menos intenso desde fevereiro do ano passado (0,8%). Com isso, o índice acumulado nos cinco primeiros meses do ano avançou 2,2%, mas com ritmo ligeiramente abaixo dos 2,4% observados até abril. A taxa anualizada, medida pelo índice acumulado nos últimos doze meses, ao apontar 3,5% em maio de 2011, prosseguiu com a redução na intensidade do crescimento iniciada em fevereiro último. Em relação a maio do ano passado, o emprego industrial mostrou expansão de 1,3%, com o contingente de trabalhadores registrando crescimento em doze dos quatorze locais pesquisados. Em maio de 2011, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente cresceu 0,4% frente ao mês imediatamente anterior, após recuar 0,9% em abril e acumular expansão de 6,5% nos três primeiros meses do ano. Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral ficou estável (0,0%) na passagem do trimestre encerrado em abril para maio, após quatro meses seguidos de crescimento, período em que acumulou ganho de 3,5%. No confronto com iguais períodos do ano anterior, o valor da folha de pagamento real avançou 5,0% em maio de 2011, décima sétima taxa positiva consecutiva, e 5,9% no índice acumulado nos cinco primeiros meses do ano. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, cresceu 7,6% em maio, praticamente repetindo o resultado de abril (7,5%).

Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria – CNI: De acordo com a CNI, o emprego dessazonalizado cresceu 0,4% em maio, na comparação com abril. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego expandiu 3,1% e na média dos cinco primeiros meses de 2011, o indicador aumentou 3,6% frente ao mesmo período do ano anterior. Após dois meses de queda, a massa salarial real da indústria de transformação aumentou 1,8% em maio, na comparação com o mês anterior (indicador original). O indicador cresceu em menor intensidade em maio na comparação anual (4,3%), ou seja, frente ao mesmo mês do ano anterior. Na média de janeiro a maio de 2011, a massa salarial expandiu 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O rendimento médio real da indústria cresceu 1,1% entre os meses de abril e maio (indicador original). Na comparação anual, o rendimento expandiu 1,2% e na média dos cinco primeiros meses do ano, o indicador avançou 1,8% comparativamente ao mesmo período de 2010. O emprego cresceu em 14 setores da indústria de transformação entre maio de 2011 e de 2010. Os destaques nesse sentido vieram de Outros equipamentos de transporte (8,1%) e Veículos automotores (7,8%).

Gráfico 6

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Junho/2011 – INPC



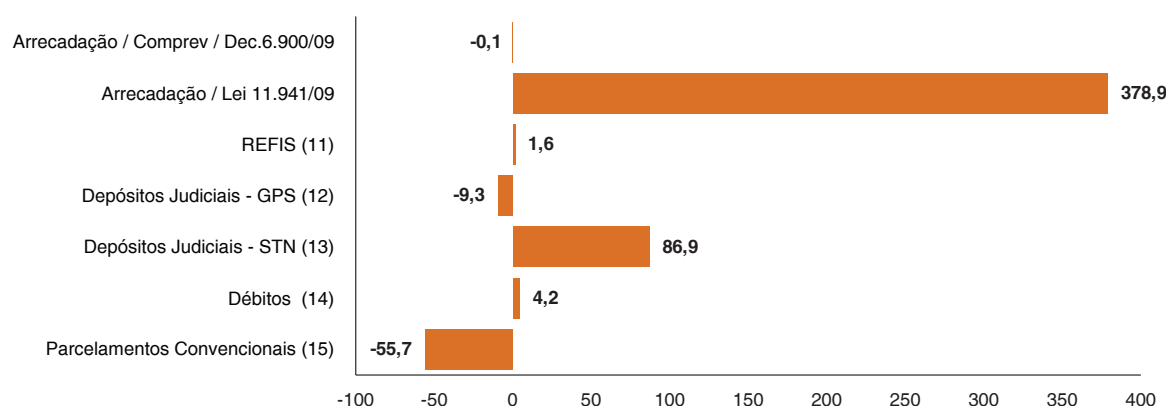
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPs

Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em junho de 2011, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 1,2 bilhão, aumento de 49,2% (+R\$ 406,5 milhões), em relação a maio de 2011, e de 49,8% (+R\$ 410,1 milhões), frente a junho de 2010. Esse aumento foi provocado basicamente pela elevação na rubrica Arrecadação / Lei 11.941, que é o chamado “Refis da Crise”, e o fim do prazo do primeiro grupo de contribuintes pessoas jurídicas, para solicitar o refinanciamento, ocorreu no mês de junho de 2011. Nesse primeiro grupo, estão enquadradas as empresas submetidas ao acompanhamento econômico especial ou diferenciado e as optantes pelo lucro presumido. Entre Junho de 2011 e o mês anterior, essa rubrica cresceu 215,9% (+R\$ 378,9 milhões) e 192,1% (+R\$ 364,6 milhões), quando comparado ao mês junho de 2010. Com relação ao desempenho negativo, destaca-se a rubrica Parcelamentos Convencionais, que diminuiu 11,5% (-R\$ 55,7 milhões), e representou 34,9% do total das receitas oriundas de medidas de recuperação de créditos, conforme se pode observar no Gráfico 7.

Gráfico 7

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Junho/2011) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Junho/2011 (INPC)

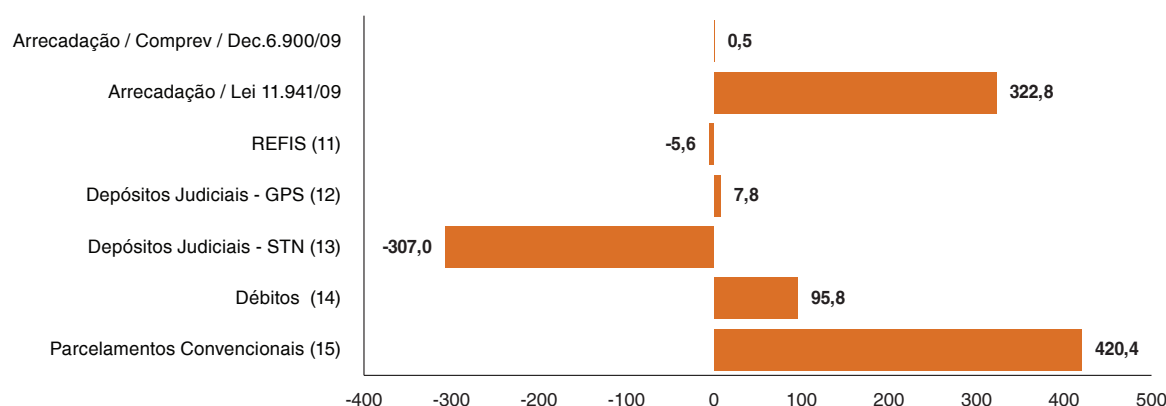


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

No primeiro semestre de 2011, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 5,4 bilhões, superior 11,0% (+R\$ 534,7 milhões) em relação ao mesmo período de 2010. As rubricas Depósitos Judiciais – Repasse STN e o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS apresentaram queda de 29,7% (-R\$ 307,0 milhões) e 8,4% (-R\$ 5,6 milhões), respectivamente. Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as rubricas Arrecadação / Lei 11.941/09 e Parcelamentos Convencionais que tiveram elevação de 28,8% (+R\$ 322,8 milhões) e 18,5% (+R\$ 420,4 milhões), respectivamente, e representaram juntas 76,4% do total das receitas de recuperação de crédito, conforme pode ser visto no Gráfico 8.

Gráfico 8

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Junho) de 2011 em relação a 2010 - Em R\$ milhões de Junho/2011 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Benefícios Emitidos e Concedidos

Em junho de 2011, a quantidade de benefícios emitidos foi de 28,6 milhões de benefícios, aumento de 0,6%(+162,3 mil benefícios) frente a maio de 2011 e de 3,9% (+1,1 milhão de benefícios). Nessa última comparação, os Benefícios Assistenciais apresentaram maiores crescimentos, em termos percentuais, de 5,0% (+179,8 mil benefícios), seguido dos Benefícios Acidentários e Previdenciários, que aumentaram, 3,8% (+30,4 mil) e de 3,7% (+855,7 mil benefícios) respectivamente, conforme pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Junho/2010, Maio/2011 e Junho/2011)

	JUN-10 (A)	MAI-11 (B)	JUN-11 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	MÉDIA JAN. A JUN-10	MÉDIA JAN. A JUN-11	VAR. %
TOTAL	27.529.478	28.433.884	28.596.156	0,6	3,9	27.237.639	28.351.419	4,1
PREVIDENCIÁRIOS	23.111.982	23.832.890	23.967.733	0,6	3,7	22.879.980	23.766.636	3,9
Aposentadorias	15.332.094	15.789.419	15.854.150	0,4	3,4	15.207.293	15.737.610	3,5
Idade	8.004.119	8.259.232	8.297.084	0,5	3,7	7.933.711	8.232.608	3,8
Invalidez	2.932.840	2.973.324	2.979.493	0,2	1,6	2.916.075	2.969.089	1,8
Tempo de Contribuição	4.395.135	4.556.863	4.577.573	0,5	4,2	4.357.507	4.535.913	4,1
Pensão por Morte	6.539.806	6.687.203	6.706.752	0,3	2,6	6.500.629	6.672.329	2,6
Auxílio-Doença	1.105.012	1.215.731	1.256.688	3,4	13,7	1.048.080	1.220.627	16,5
Salário-Maternidade	78.678	78.012	86.209	10,5	9,6	69.771	74.313	6,5
Outros	56.392	62.525	63.934	2,3	13,4	54.208	61.756	13,9
ACIDENTÁRIOS	800.629	824.221	831.024	0,8	3,8	789.433	825.758	4,6
Aposentadorias	162.972	169.171	169.919	0,4	4,3	161.399	168.289	4,3
Pensão por Morte	126.078	124.727	124.609	(0,1)	(1,2)	126.356	124.928	(1,1)
Auxílio-Doença	160.292	176.060	181.548	3,1	13,3	151.435	178.643	18,0
Auxílio-Acidente	278.043	283.421	284.313	0,3	2,3	276.453	282.691	2,3
Auxílio-Suplementar	73.244	70.842	70.635	(0,3)	(3,6)	73.791	71.208	(3,5)
ASSISTENCIAIS	3.606.380	3.765.637	3.786.175	0,5	5,0	3.558.050	3.747.952	5,3
Amparos Assistenciais - LOAS	3.286.809	3.478.245	3.501.604	0,7	6,5	3.231.174	3.456.054	7,0
Idoso	1.582.009	1.649.055	1.657.083	0,5	4,7	1.562.547	1.641.743	5,1
Portador de Deficiência	1.704.800	1.829.190	1.844.521	0,8	8,2	1.668.628	1.814.312	8,7
Pensões Mensais Vitalícias	14.568	13.974	13.863	(0,8)	(4,8)	14.675	14.078	(4,1)
Rendas Mensais Vitalícias	305.003	273.418	270.708	(1,0)	(11,2)	312.201	277.820	(11,0)
Idade	78.437	66.639	65.650	(1,5)	(16,3)	81.176	68.219	(16,0)
Invalidez	226.566	206.779	205.058	(0,8)	(9,5)	231.025	209.601	(9,3)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	10.487	11.136	11.224	0,8	7,0	10.177	11.073	8,8

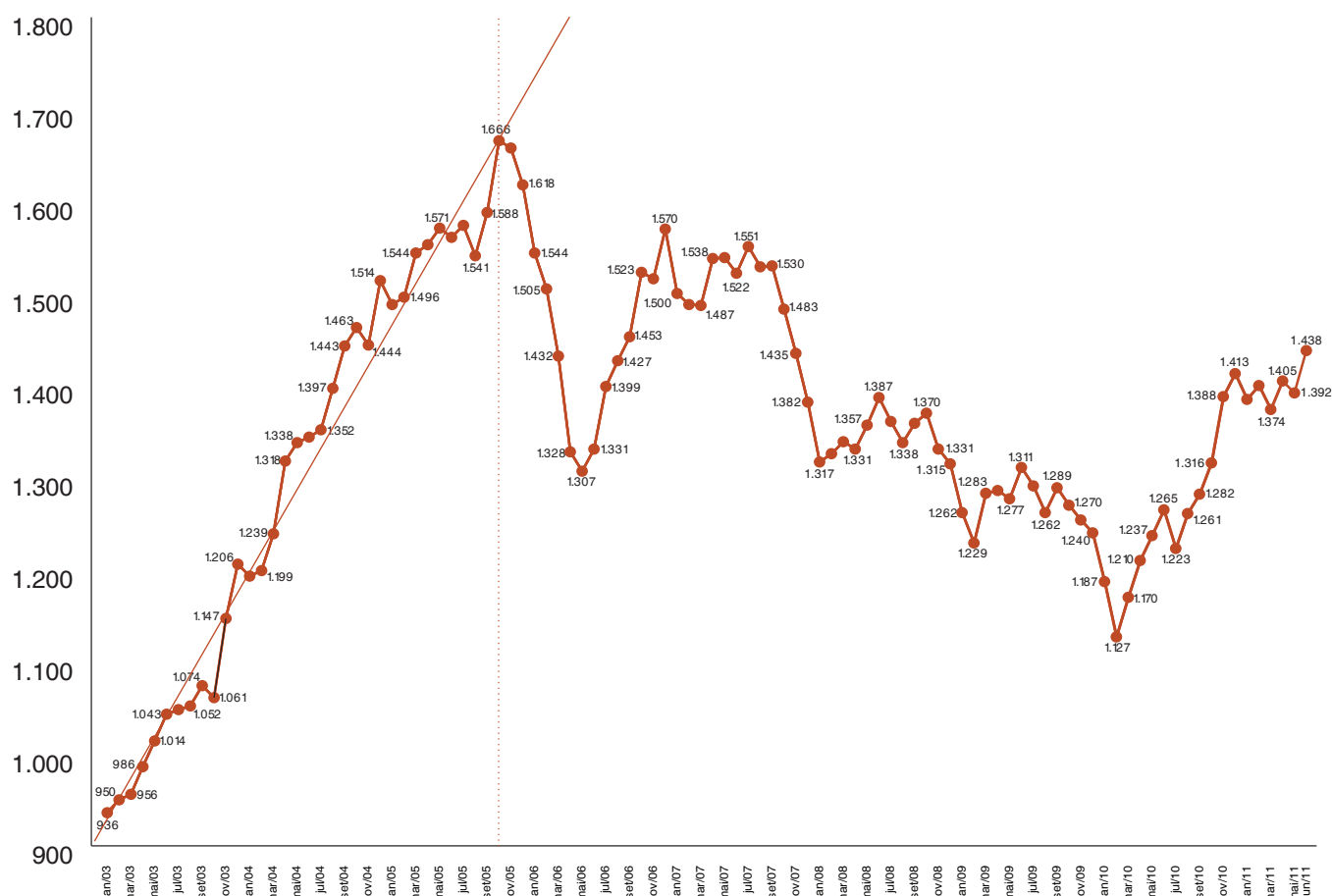
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

O Gráfico 9 mostra o estoque de auxílio-doença (previdenciário e acidentário), que registrou em junho de 2011 aumento de 3,3% (+46,4 mil benefícios), em relação a maio de 2011, e de 13,7% (+172,9 mil benefícios) frente a junho de 2010. É interessante observar que na série, desde janeiro de 2003 (Gráfico 9), há uma quebra na tendência de crescimento em outubro de 2005, em função basicamente de algumas medidas de gestão adotadas pelo MPS, que inverteram a forte tendência de crescimento. Naquele mês o estoque de auxílio-doença já atingia quase 1,7 milhão e despencou para 1,1 milhão em julho de 2010, quando volta a sofrer nova inflexão.

É importante destacar que a economia brasileira vem passando por anos de aceleração nas atividades econômicas, apresentando inclusive recordes de geração de novos postos de trabalho. Isso contribui para o maior número de auxílio-doença (previdenciário e acidentário) concedido na medida em que mais trabalhadores estão ocupados e trabalhando com mais intensidade, o que leva a mais lesões ocupacionais e acidentes de trabalho.

Gráfico 9

Evolução de Auxílios-Doença emitidos (Previdenciários e Acidentários) – Janeiro de 2003 a Junho de 2011

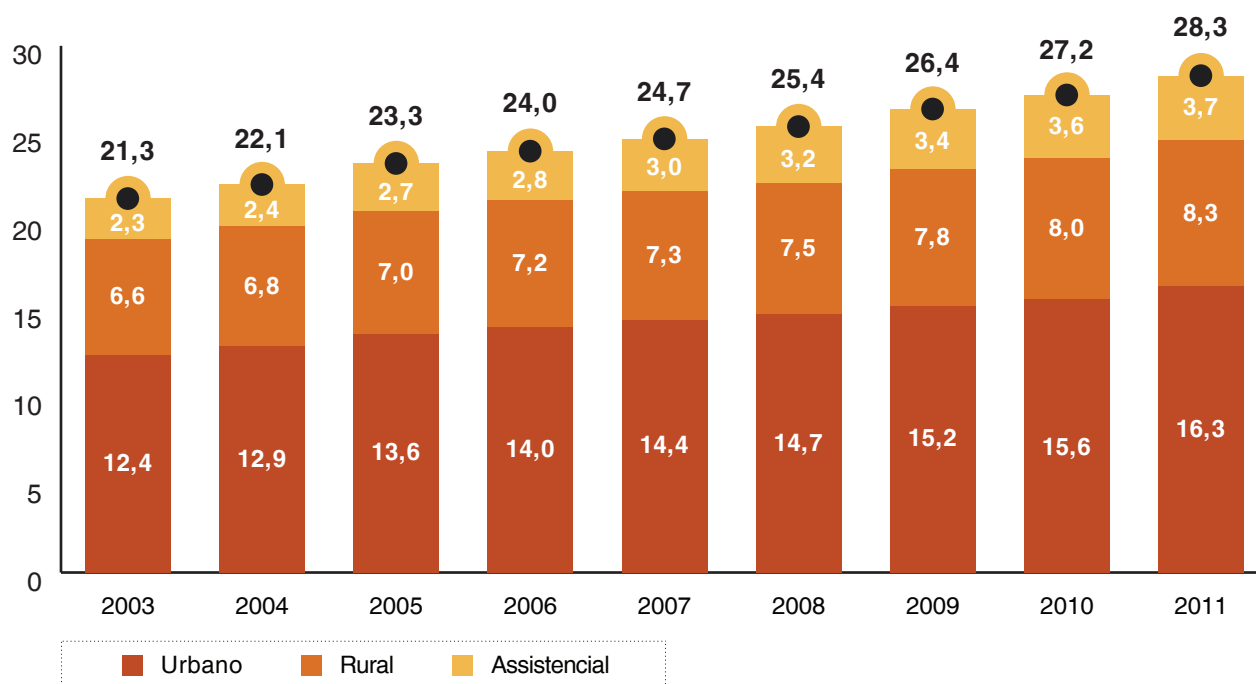


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

Da quantidade média de 28,3 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a junho de 2011, 57,6% (16,3 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,3% (8,3 milhões) a beneficiários da área rural e 13,1% (3,7 milhões) aos assistenciais (Gráfico 10). De 2003 a 2011, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 31,5% no meio urbano, de 25,8% no meio rural e de 60,9% nos assistenciais.

Gráfico 10

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2003 a 2011)
- Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Junho

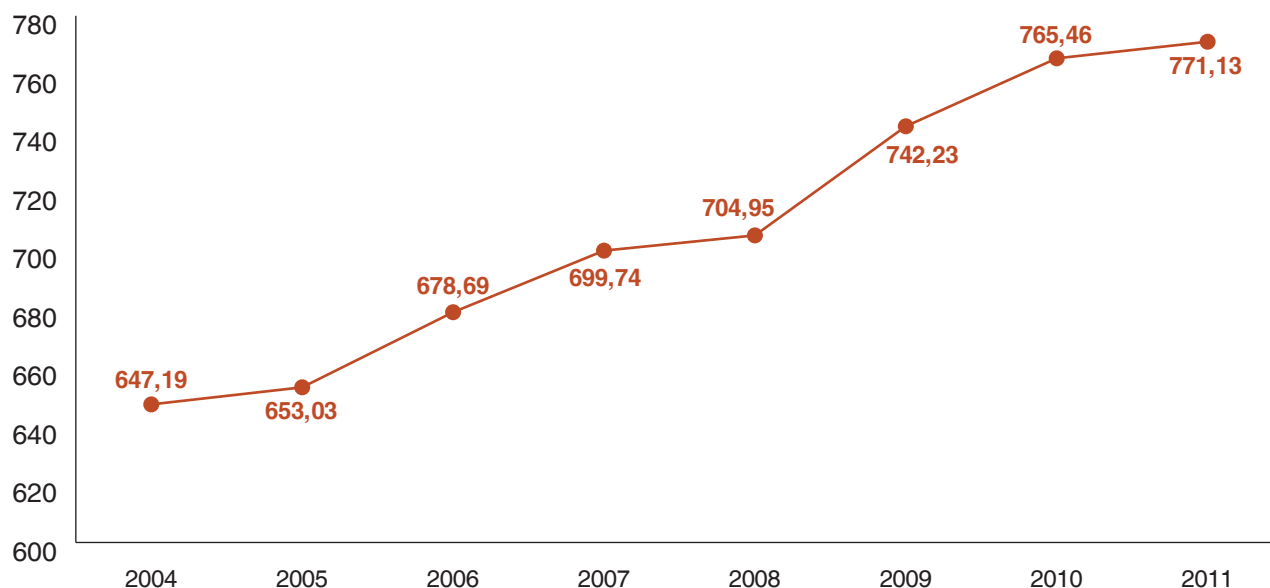


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 771,13, média de janeiro a junho de 2011, ocorrendo ligeiro acréscimo de 0,7% em relação ao mesmo período de 2010. Entre o acumulado de janeiro a junho de 2011 e período correspondente de 2004, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 19,2% (Gráfico 11).

Gráfico 11

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Junho de cada ano) em R\$ de junho/2011 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

Em junho de 2011, foram concedidos 411,2 mil novos benefícios, queda de 6,9% (-30,6 mil benefícios) em relação ao mês anterior e aumento de 10,5% (+39,1 mil benefícios), quando comparado com junho de 2010. Todos os grandes grupos apresentaram redução, entre junho e maio de 2011. Os Benefícios Previdenciários diminuíram 7,0% (-26,3 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, em 5,6% (-1,7 mil benefícios) e os Benefícios Assistenciais, em 7,9% (-2,6 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social – Junho/2010, Maio/2011, Junho/2011 e Acumulado de Janeiro a Junho (2010 e 2011)

	JUN-10 (A)	MAI-11 (B)	JUN-11 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A JUN-10	ACUM. JAN. A JUN-11	VAR. %
TOTAL	372.060	441.811	411.176	(6,9)	10,5	2.263.698	2.390.604	5,6
PREVIDENCIÁRIOS	315.281	377.272	350.948	(7,0)	11,3	1.900.686	2.034.721	7,1
Aposentadorias	83.653	99.182	94.581	(4,6)	13,1	503.263	521.869	3,7
Idade	46.923	55.082	52.516	(4,7)	11,9	275.885	282.519	2,4
Invalidez	14.681	17.041	16.948	(0,5)	15,4	95.692	92.129	(3,7)
Tempo de Contribuição	22.049	27.059	25.117	(7,2)	13,9	131.686	147.221	11,8
Pensão por Morte	31.707	35.308	33.831	(4,2)	6,7	188.655	194.737	3,2
Auxílio-Doença	148.117	184.978	170.824	(7,7)	15,3	913.774	1.018.520	11,5
Salário-Maternidade	49.673	55.152	49.252	(10,7)	(0,8)	282.971	285.717	1,0
Outros	2.131	2.652	2.460	(7,2)	15,4	12.023	13.878	15,4
ACIDENTÁRIOS	26.878	31.238	29.497	(5,6)	9,7	168.659	177.787	5,4
Aposentadorias	766	1.039	1.079	3,8	40,9	5.150	5.763	11,9
Pensão por Morte	62	65	62	(4,6)	0,0	371	370	(0,3)
Auxílio-Doença	25.066	28.789	27.007	(6,2)	7,7	156.609	164.403	5,0
Auxílio-Acidente	972	1.333	1.337	0,3	37,6	6.458	7.186	11,3
Auxílio-Suplementar	12	12	12	0,0	0,0	71	65	(8,5)
ASSISTENCIAIS	29.738	33.156	30.548	(7,9)	2,7	193.222	177.215	(8,3)
Amparos Assistenciais - LOAS	29.704	33.119	30.511	(7,9)	2,7	192.992	177.033	(8,3)
Idoso	13.811	14.972	13.717	(8,4)	(0,7)	85.472	80.281	(6,1)
Portador de Deficiência	15.893	18.147	16.794	(7,5)	5,7	107.520	96.752	(10,0)
Pensões Mensais Vitalícias	34	37	37	0,0	8,8	227	182	(19,8)
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	3	-	(100,0)
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	3	-	(100,0)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	163	145	183	26,2	12,3	1.131	881	(22,1)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

No acumulado de janeiro a junho de 2011, a quantidade de benefícios concedidos somou cerca de 2,4 milhões de benefícios, aumento de 5,6% (+126,9 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2010. Os Benefícios Previdenciários e Acidentários registraram crescimento de 7,1% (+134,0 mil benefícios) e 5,4% (+9,1 mil benefícios), respectivamente. Já os Benefícios Assistenciais tiveram redução de 8,3% (-16,0 mil benefícios)

Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2011 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA
1. SALDO INICIAL
2. RECEBIMENTOS
2.1. ARRECADAÇÃO

- Arrecadação Bancária
- SIMPLES (1)
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)
- Quitação de Dívidas (6)
- Depósitos Judiciais (7)
- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)
- Concursos e Prognósticos
- Operações de Crédito Externa
- COFINS
- COFINS/LOAS
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros
- Recursos Ordinários - Contrapartida
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS
3.1. PAGAMENTOS INSS
3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

- 3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS
- 3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (9)

3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS

- 3.1.1.2.1. EPU T.N.
- 3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL (10)
3.1.3. CUSTEIO (11)
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (13)

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTE												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2011
4.691.497	11.033.629	11.191.458	10.923.473	11.171.880	11.284.119							4.691.497
32.132.004	24.039.572	23.624.877	27.241.568	24.324.900	24.581.669							155.944.589
20.391.777	19.718.033	19.926.995	20.433.644	20.979.131	21.620.211							123.069.791
18.106.955	18.099.330	18.196.534	18.571.809	19.124.758	19.158.597							111.257.984
1.864.319	1.389.843	1.445.843	1.528.165	1.573.859	1.727.154							9.529.183
10.714	9.453	9.650	10.220	9.597	11.262							60.896
415	20	84	60	142	26							747
166.969	166.745	189.438	179.765	175.098	554.433							1.432.448
43.219	-	-	71.986	47.935	49.324							212.463
-	-	-	-	-	-							-
205.007	66.280	107.383	125.264	62.283	149.294							715.511
(5.821)	(13.639)	(21.937)	(53.626)	(14.540)	(29.879)							(139.442)
18.699	13.405	2.659	123	152	107.460							142.498
13.917	39.726	16.637	73.843	21.322	27.790							193.235
7.586.767	3.284.909	2.530.766	2.666.949	2.198.434	1.303.513							19.571.338
4.120.843	983.498	1.147.820	4.067.008	1.125.861	1.522.696							12.967.727
357.704	227.511	336.173	3.278.157	355.550	459.998							5.015.093
16.092	6.571	10.616	8.772	17.472	17.292							76.816
-	-	10	-	-	-							10
377.117	368.360	366.335	362.000	357.275	521.292							2.352.380
2.810.378	-	-	-	-	-							2.810.378
190.603	-	-	-	-	-							190.603
-	-	-	-	-	-							-
-	-	-	-	-	-							-
368.950	381.055	434.686	418.080	395.564	524.113							2.522.448
-	-	-	-	-	-							-
26.529.882	53.219.543	53.308.332	59.702.022	54.082.598	53.987.889							300.830.265
23.319.266	51.318.171	51.439.820	57.852.623	52.182.559	52.020.590							288.133.030
22.228.103	23.193.925	23.264.467	26.407.683	23.595.185	23.661.957							142.351.320
22.393.626	23.275.703	23.423.765	26.584.138	23.679.929	23.823.760							143.180.920
(134.418)	(61.548)	(139.554)	(156.146)	(64.773)	(140.943)							(697.381)
20.137.695	21.093.232	21.155.702	24.275.650	21.459.617	21.515.915							129.637.811
19.913.201	20.909.639	20.874.023	21.054.170	21.158.559	21.102.667							125.012.259
224.495	183.592	281.679	3.221.479	301.058	413.248							4.625.552
2.090.407	2.100.694	2.108.765	2.132.033	2.135.568	2.146.042							12.713.509
120.445	63.649	62.451	64.219	63.347	65.840							439.952
1.969.963	2.037.044	2.046.314	2.067.814	2.072.221	2.080.201							12.273.556
864.721	26.058.088	26.187.353	29.336.277	26.485.174	26.727.956							135.659.569
226.442	2.066.158	1.988.000	2.108.664	2.102.200	1.630.677							10.122.141
3.210.616	1.901.371	1.868.511	1.849.399	1.900.039	1.967.299							12.697.236
17.115.823	17.777.634	18.020.199	18.546.184	19.039.807	19.612.102							110.111.749
(3.021.872)	(3.315.597)	(3.135.503)	(5.729.465)	(2.419.810)	(1.903.813)							(19.526.062)
(5.112.280)	(5.416.291)	(5.244.269)	(7.861.498)	(4.555.378)	(4.049.855)							(32.239.571)
5.602.121	(29.179.971)	(29.683.455)	(32.460.454)	(29.757.698)	(29.406.220)							(144.885.677)
10.293.618	(18.146.341)	(18.491.996)	(21.536.982)	(18.585.818)	(18.122.101)							(140.194.180)

Tabela 2

Fluxo de Caixa - Jun/2011 (R\$ mil de Jun/2011 - INPC)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL

2. RECEBIMENTOS

2.1. ARRECADAÇÃO

- Arrecadação Bancária
- SIMPLES (1)
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)
- Quitação de Dívidas (6)
- Depósitos Judiciais(7)
- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS

2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)

2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)
- Concursos e Prognósticos
- Operações de Crédito Externa
- COFINS
- COFINS/LOAS
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros
- Recursos Ordinários - Contrapartida
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS

3.1. PAGAMENTOS INSS

3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

- 3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS
- 3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF(9)

3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS

- 3.1.1.2.1. EPU T.N.
- 3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL(10)

3.1.3. CUSTEIO (11)

3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)

4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)

5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)

6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)

7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)

8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (13)

VALORES EM MIL R\$ DE JUN/2011 - INPC							
JUN-10 I	MAI-11 II	JUN-11 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A JUN-10 - IV	ACUM. JAN. A JUN-11 - V	VAR.ACUM. V / IV EM %
15.139.346	11.196.467	11.284.119	0,8	(25,5)	79.238.809	60.946.709	(23,1)
25.925.022	24.339.062	24.540.859	0,8	(5,3)	167.145.113	157.713.634	(5,6)
19.495.890	20.985.930	21.579.401	2,8	10,7	113.488.103	124.305.395	9,5
17.598.542	19.166.847	19.158.597	(0,0)	8,9	103.031.451	112.614.949	9,3
1.559.873	1.577.322	1.727.154	9,5	10,7	8.311.504	9.648.140	16,1
11.838	9.618	11.262	17,1	(4,9)	67.267	61.645	(8,4)
36	142	26	(81,9)	(28,8)	293	761	159,9
189.825	175.483	554.433	215,9	192,1	1.122.503	1.445.351	28,8
56.491	48.040	49.324	2,7	(12,7)	312.072	214.322	(31,3)
-	-	-	-	-	-	-	-
148.734	62.420	149.294	139,2	0,4	1.032.333	725.334	(29,7)
(32.608)	(14.572)	(29.879)	105,0	(8,4)	(153.952)	(140.689)	(8,6)
138	152	107.460	70.647,6	77.886,1	345.176	143.345	(58,5)
15.474	21.369	27.790	30,0	79,6	106.071	195.369	84,2
2.764.214	2.203.272	1.303.513	(40,8)	(52,8)	20.148.555	19.915.337	(1,2)
3.649.306	1.128.339	1.522.696	35,0	(58,3)	33.057.208	13.154.189	(60,2)
386.817	356.333	459.998	29,1	18,9	6.323.117	5.061.690	(19,9)
25.906	17.510	17.292	(1,2)	(33,3)	98.394	77.669	(21,1)
-	-	-	-	-	4.450	10	(99,8)
635.280	358.061	521.292	45,6	(17,9)	10.870.698	2.379.975	(78,1)
2.047.143	-	-	-	(100,0)	12.551.704	2.887.358	(77,0)
85.437	-	-	-	(100,0)	602.688	195.824	(67,5)
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
468.722	396.434	524.113	32,2	11,8	2.587.450	2.551.662	(1,4)
-	-	-	-	-	18.707	-	(100,0)
25.378.150	54.201.622	53.987.889	(0,4)	112,7	155.814.915	304.121.199	95,2
23.589.403	52.297.401	52.020.590	(0,5)	120,5	144.293.478	291.247.268	101,8
22.718.471	23.647.113	23.661.957	0,1	4,2	138.565.008	144.081.332	4,0
22.850.335	23.732.044	23.823.760	0,4	4,3	139.329.006	144.921.255	4,0
(110.572)	(64.916)	(140.943)	117,1	27,5	(696.333)	(705.904)	1,4
20.674.293	21.506.845	21.515.915	0,0	4,1	126.350.380	131.211.053	3,8
20.319.454	21.205.124	21.102.667	(0,5)	3,9	120.868.157	126.544.908	4,7
354.839	301.721	413.248	37,0	16,5	5.482.223	4.666.145	(14,9)
2.044.178	2.140.268	2.146.042	0,3	5,0	12.214.628	12.870.279	5,4
66.647	63.486	65.840	3,7	(1,2)	459.332	446.239	(2,9)
1.977.531	2.076.781	2.080.201	0,2	5,2	11.755.296	12.424.040	5,7
710.308	26.543.462	26.727.956	0,7	3.662,9	4.544.347	136.940.928	2.913,4
160.625	2.106.826	1.630.677	(22,6)	915,2	1.184.124	10.225.008	763,5
1.788.746	1.904.221	1.967.299	3,3	10,0	11.521.437	12.873.931	11,7
17.707.144	19.081.709	19.612.102	2,8	10,8	101.966.666	111.431.464	9,3
(2.967.150)	(2.425.136)	(1.903.813)	(21,5)	(35,8)	(24.383.713)	(19.779.589)	(18,9)
(5.011.327)	(4.565.404)	(4.049.855)	(11,3)	(19,2)	(36.598.342)	(32.649.867)	(10,8)
546.872	(29.862.560)	(29.447.030)	(1,4)	(5.484,6)	11.330.198	(146.407.564)	(1.392,2)
15.686.219	(18.666.093)	(18.162.911)	(2,7)	(215,8)	15.686.219	(18.162.911)	(215,8)

Gráfico 1

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios

(Acumulado até o mês de Junho de cada ano, em R\$ milhões de Jun/2011 - INPC)

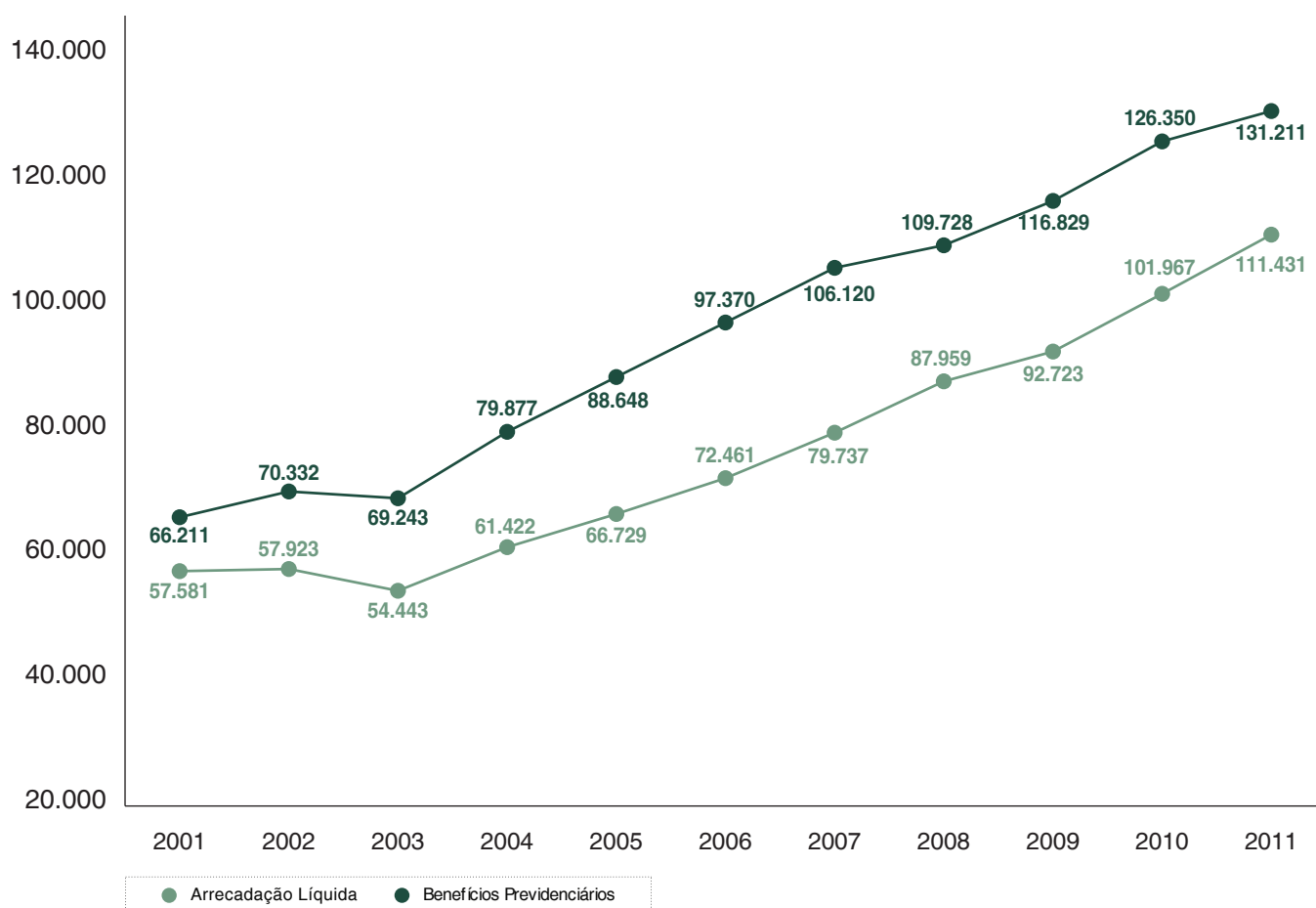


Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de Jun/2011 - INPC)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

PERÍODO	ARRECAÇÃO BRUTA (I) (A)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS (B)	ARRECAÇÃO LÍQUIDA C = (A - B)	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (2) (3) (4) (5) (D)	RELAÇÃO % E=(D/C)	SALDO F= (C - D)
VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE JUNHO, A PREÇOS DE JUN/2011 INPC						
2001	62.261	4.680	57.581	66.211	115,0	(8.630)
2002	62.434	4.510	57.923	70.332	121,4	(12.409)
2003	58.903	4.460	54.443	69.243	127,2	(14.800)
2004	66.563	5.141	61.422	79.877	130,0	(18.455)
2005	71.437	4.708	66.729	88.648	132,8	(21.919)
2006	78.766	6.305	72.461	97.370	134,4	(24.909)
2007	87.938	8.201	79.737	106.120	133,1	(26.383)
2008	98.005	10.046	87.959	109.728	124,7	(21.769)
2009	103.347	10.624	92.723	116.829	126,0	(24.106)
2010	113.488	11.521	101.967	126.350	123,9	(24.384)
2011	124.305	12.874	111.431	131.211	117,8	(19.780)
Jun-09	17.350	1.616	15.734	19.517	124,0	(3.783)
Jul-09	17.566	1.618	15.947	19.400	121,7	(3.453)
Ago-09	17.643	1.582	16.060	21.850	136,1	(5.790)
Set-09	17.354	1.663	15.690	25.904	165,1	(10.214)
Out-09	18.143	1.631	16.513	19.594	118,7	(3.082)
Nov-09	20.237	1.635	18.603	22.052	118,5	(3.449)
Dez-09	29.965	1.710	28.256	26.316	93,1	1.939
Jan-10	18.338	2.932	15.406	19.464	126,3	(4.059)
Fev-10	18.242	1.714	16.528	20.638	124,9	(4.109)
Mar-10	18.821	1.680	17.141	24.400	142,3	(7.259)
Abr-10	19.184	1.689	17.496	20.722	118,4	(3.227)
Mai-10	19.407	1.718	17.689	20.452	115,6	(2.762)
Jun-10	19.496	1.789	17.707	20.674	116,8	(2.967)
Jul-10	19.767	1.765	18.002	20.744	115,2	(2.742)
Ago-10	20.347	1.813	18.534	24.326	131,2	(5.792)
Set-10	20.107	1.888	18.219	27.996	153,7	(9.777)
Out-10	20.333	1.820	18.512	20.802	112,4	(2.290)
Nov-10	20.564	1.869	18.696	23.311	124,7	(4.616)
Dez-10	33.518	1.864	31.655	28.051	88,6	3.604
Jan-11	20.883	3.299	17.585	20.689	117,7	(3.105)
Fev-11	20.109	1.943	18.166	21.555	118,7	(3.388)
Mar-11	20.190	1.897	18.294	21.477	117,4	(3.183)
Abr-11	20.557	1.864	18.693	24.468	130,9	(5.775)
Mai-11	20.986	1.904	19.082	21.507	112,7	(2.425)
Jun-11	21.579	1.967	19.612	21.516	109,7	(1.904)

